

Judith Martins-Costa

Livre-Docente e Doutora em Direito Civil pela Universidade de São Paulo. Professora de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992-2010). Presidente do Instituto de Estudos Culturalistas (IEC). Autora de obras de doutrina jurídica e parecerista.

# A BOA-FÉ NO DIREITO PRIVADO

Critérios para a sua aplicação

2ª edição  
2018

saraiva  jur



Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

**SAC**

0800-0117675

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Vice-presidente** Claudio Lensing  
**Diretora editorial** Flávia Alves Bravin

**Conselho editorial**  
**Consultor acadêmico** Munilo Angeli Dias dos Santos

**Gerência**  
**Planejamento e novos projetos** Renata Pascual Müller  
**Editorial** Roberto Navarro

**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Aline Darcy Flôr de Souza

**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)  
Luciana Cordeiro Shirakawa  
Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Fernanda Matajs  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa  
Verônica Pivisan Reis

**Planejamento e processos** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Juliana Bojczuk Fermino  
Kelli Priscila Pinto  
Marília Cordeiro  
Fernando Penteado  
Tatiana dos Santos Romão

**Diagramação e revisão** Markelangelo Design e  
Projetos Editoriais

**Comunicação e MKT** Carolina Bastos  
Elaine Cristina da Silva

**Capa** Tiago Dela Rosa

**Produção gráfica** Mari Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Bartira

ISBN 978-85-472-2895-8

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Martins-Costa, Judith

A boa-fé no direito privado : critérios para a sua aplicação /  
Judith Martins-Costa. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva Educação,  
2018.

1. Direito privado. 2. Direito privado - Brasil I. Título.

17-1779

CDU 347(81)

[Índice para catálogo sistemático:

1. Direito privado 347(81)

**Data de fechamento da edição: 10-4-2018**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por  
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora  
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido  
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604791 CAE 524066

# Sumário

NOTA DA AUTORA À SEGUNDA EDIÇÃO .....	7
NOTA DA AUTORA À PRIMEIRA EDIÇÃO .....	9
ABREVIATURAS .....	19
INTRODUÇÃO .....	41

## § 1. A expressão boa-fé

1. Os sentidos .....	41
2. Boa-fé objetiva .....	42
3. As perspectivas e o enfoque adotado .....	46

## CAPÍTULO PRIMEIRO AS RAÍZES

## § 2. A boa-fé no Direito Romano

1. A origem .....	53
2. A <i>fides</i> como dever de auxílio e promessa de proteção.....	55
3. A <i>fides</i> -promessa ( <i>fides</i> garantia) .....	56
4. A <i>fides</i> como garantia do cumprimento das obrigações assumidas e sua expansão .....	57
5. <i>Fides</i> nas relações intrassubjetivas e nas relações intersubjetivas.....	58
6. A <i>exceptio extra quam</i> .....	61

## § 3. A *fides bona*

1. A transformação da <i>fides</i> em <i>bona fides</i> : as relações creditícias e os <i>iudicia bonae fidei</i> . .....	62
2. O crédito e a civilização ( <i>koiné</i> ) mercantil.....	64
3. <i>Iudicia bonae fidei</i> .....	66

4. <i>Oportet ex fides bona</i> .....	70
5. <i>Bona fides e consensus contractae</i> .....	72
<b>§ 4. O momento hermenêutico: <i>bonae fidei interpretatio</i></b>	
1. O significado.....	76
2. Os campos funcionais .....	79
<b>§ 5. A diluição da boa-fé</b>	
1. O enfraquecimento da boa-fé .....	80
2. A subjetivação da boa-fé: a usucapião.....	81
3. <i>Bona fides e aequitas</i> .....	82
<b>§ 6. A boa-fé na cultura germânica</b>	
1. O desenvolvimento germânico da fórmula .....	86
2. <i>Treu und Glauben</i> .....	88
<b>§ 7. A boa-fé canônica</b>	
1. Boa-fé e moral cristã .....	89
2. <i>Consensus e sollemnia</i> .....	92
3. A unificação da boa-fé .....	94
<b>§ 8. A boa-fé na primeira e na segunda sistemáticas</b>	
1. A boa-fé na primeira sistemática .....	96
2. Os aportes dos humanistas.....	96
3. A boa-fé como «princípio geral».....	99
4. O modelo de expressão do jusracionalismo .....	102
5. O desenvolvimento da boa-fé em Grotius .....	104
6. Desenvolvimentos da boa-fé nos jusracionalistas.....	107
<b>§ 9. A boa-fé no <i>Code Civil Français</i></b>	
1. A boa-fé no <i>Code</i> como amálgama da técnica jurídica, da moral e da filosofia .....	111
2. Boa-fé e liberdade contratual .....	115
3. Boa-fé e método da exegese.....	117
4. A descendência da boa-fé francesa .....	121
<b>§ 10. A boa-fé germânica e sua apreensão no BGB</b>	
1. O encontro entre a boa-fé romana e a germânica .....	123
2. O trabalho dos práticos .....	125
3. Boa-fé no BGB de 1900 .....	127

## CAPÍTULO SEGUNDO

### CONTEXTO, NOÇÃO E APLICAÇÃO DAS CLÁUSULAS GERAIS

#### § 11. Denominação e origem

1. Proposição .....	133
2. A denominação .....	134
3. A origem .....	135
4. O parágrafo 242 do BGB .....	135
5. O papel da jurisprudência alemã .....	139
6. A expansão .....	140
7. As espécies de cláusulas gerais .....	142

#### § 12. A estrutura e a linguagem das cláusulas gerais

1. Proposição .....	142
2. Método da casuística .....	143
3. Método das cláusulas gerais .....	145

#### § 13. A linguagem das cláusulas gerais: a vagueza

1. Precisações conceituais .....	146
2. Enunciados gerais .....	146
3. Enunciados genéricos .....	147
4. Enunciados ambíguos .....	147
5. A vagueza semântica .....	148
6. Os significados de «significado» .....	150
7. A vagueza das normas .....	152
8. A vagueza «socialmente típica» .....	153

#### § 14. Cláusulas gerais e conceitos indeterminados

1. Proposição .....	156
2. O critério e a noção utilizados .....	158

#### § 15. Cláusulas gerais e princípios jurídicos

1. Proposição .....	161
2. Noção de princípio jurídico .....	162
3. Semelhanças e distinções .....	165
4. Proposição sintética acerca da distinção entre princípio e cláusula geral .....	170
5. Critérios para a aplicação das cláusulas gerais .....	173

**§ 16. Funções das cláusulas gerais: abertura, mobilidade e ressystematização por via da formação de novos institutos**

1. Proposição .....	174
2. Função de «abertura» do sistema .....	174
3. A função de ressystematização e a formação de novos institutos.....	179
4. Cláusula geral e vinculação aos precedentes .....	185
5. A técnica dos «grupos de casos» .....	187
6. O papel da doutrina .....	189
7. Riscos e vantagens.....	190

**§ 17. A conjugação entre o pensamento tópico e o pensamento sistemático: o «novo pensamento sistemático»**

1. Proposição .....	196
2. A tópica jurídica.....	197
3. Pensamento sistemático e processo da subsunção .....	202
4. O processo de subsunção.....	202
5. O processo de concreção.....	204
6. A pré-compreensão .....	207
7. O pensamento tópico-sistemático .....	208

**CAPÍTULO TERCEIRO****PRESSUPOSTOS PARA A COMPREENSÃO DA ATUAÇÃO DA BOA-FÉ OBRIGACIONAL****§ 18. A relação obrigacional: concepções, conteúdo, principiologia e classificações**

1. Proposição .....	215
2. A relação obrigacional simples ou o «vínculo obrigacional» .....	217
3. A relação obrigacional complexa. ....	220
4. As doutrinas pessoalistas .....	222
5. As doutrinas realistas.....	222
6. A doutrina dualista ( <i>Schuld und Haftung</i> ).....	223

**§ 19. A relação de obrigação como um organismo e totalidade complexa**

1. Origem .....	227
2. A concepção de Karl Larenz .....	230
3. O dinamismo da relação obrigacional .....	232
4. A noção de processo obrigacional .....	233

5. A relação obrigacional como relação de cooperação .....	234
6. A análise interna da relação .....	237
<b>§ 20. As espécies de deveres gerados pela incidência da boa-fé objetiva: deveres anexos (instrumentais à prestação) e deveres de proteção</b>	
1. As espécies .....	239
2. Deveres de prestação .....	239
3. Espécies de deveres de prestação .....	240
4. Os deveres anexos .....	241
5. Deveres de proteção.....	243
<b>§ 21. Distinção e interdependência principiológica: boa-fé, confiança, autonomia privada, autorresponsabilidade</b>	
1. Proposição .....	248
2. Autonomia privada .....	248
3. Autonomia privada e confiança.....	250
4. Confiança e boa-fé .....	254
5. Autorresponsabilidade .....	257
<b>§ 22. As fontes das obrigações e suas classificações</b>	
1. As várias classificações.....	258
2. O contato social como categoria jurídica.....	260
3. Contato social como categoria sistematizadora .....	263
4. Os atos existenciais.....	266
5. Atos existenciais e «relações contratuais de fato».....	267
6. Qualificação jurídica dos atos existenciais.....	268
7. Atos existenciais como «atos-fato» .....	269
8. Boa-fé e categorização dogmática das fontes .....	273

## CAPÍTULO QUARTO

### CRITÉRIOS PARA UMA APLICAÇÃO DA BOA-FÉ SISTEMATICAMENTE ORIENTADA

#### § 23. A indispensabilidade do *distinguo*

1. Proposição .....	277
---------------------	-----

#### § 24. Primeira distinção: boa-fé subjetiva e boa-fé objetiva

1. A boa-fé subjetiva .....	279
-----------------------------	-----

2. A boa-fé objetiva.....	281
3. A boa-fé objetiva como modelo jurídico.....	283
4. Indistinções entre a boa-fé objetiva e a subjetiva – exemplos.....	285
5. Cumulação entre boa-fé subjetiva (estado) e boa-fé objetiva (norma)...	287
<b>§ 25. Segunda distinção: o critério do campo de incidência</b>	
1. Proposição.....	289
2. Os campos examinados.....	291
<b>§ 26. Relações obrigacionais de Direito Civil comum</b>	
1. Proposição.....	292
2. Vetores .....	292
<b>§ 27. Relações obrigacionais de Direito de Família</b>	
1. Proposição.....	293
2. Direito Pessoal de Família.....	294
3. Direito Patrimonial de Família .....	294
4. Boa-fé e Direito Patrimonial de Família: o dever de prestar alimentos	296
5. Boa-fé e Direito Pessoal de Família .....	299
<b>§ 28. Relações comerciais (contratos interempresariais)</b>	
1. Proposição.....	301
2. O mercado.....	302
3. A atividade empresarial.....	303
4. Atividade empresarial e contratos.....	305
5. O mercado, o informalismo e a atipicidade das formas contratuais ....	306
6. A relevância dos usos do comércio e das práticas seguidas entre os agentes ..	308
7. O <i>standard</i> da probidade específica.....	309
8. Os vetores.....	310
<b>§ 29. Relações associativas (associações e sociedades), empresariais ou não</b>	
1. Proposição.....	310
2. Boa-fé e relações associativas, em sentido amplo .....	311
3. A cooperação e a lealdade como elementos estruturais .....	314
4. Escalonamento da boa-fé, conforme a espécie associativa.....	315
5. Vetores .....	315
<b>§ 30. Relações obrigacionais regidas por normas internacionais</b>	
1. Proposição.....	316
2. Boa-fé e princípio da interpretação uniforme .....	317



**§ 31. Relações obrigacionais assimétricas**

1. Proposição .....	320
2. Assimetria e poder.....	321
3. Assimetria e vulnerabilidade .....	321

**§ 32. Relações obrigacionais de consumo**

1. Proposição .....	322
2. As «normas objetivo» do art. 4.º do CDC .....	323
3. Boa-fé e relação de consumo.....	324
4. Boa-fé, equilíbrio, abusividade.....	325
5. Adesividade e abusividade .....	326
6. Boa-fé e transparência.....	326
7. Boa-fé como proteção à confiança legítima do consumidor.....	328
8. Boa-fé e conduta do consumidor.....	329

**§ 33. Relações obrigacionais de emprego**

1. Proposição .....	329
2. Boa-fé e equilíbrio na relação de emprego .....	330
3. Deveres para as partes e vedação ao exercício desleal.....	330
4. A jurisprudência trabalhista .....	331

**§ 34. Relações obrigacionais entre os particulares e o Estado**

1. Proposição .....	332
2. Princípios em conjugação com a boa-fé .....	333
3. Boa-fé e princípio da proteção da confiança.....	335
4. Boa-fé, proteção da confiança e vedação à contraditoriedade desleal.....	336
5. Boa-fé e conduta do administrado e contribuinte.....	338
6. Boa-fé e o exercício de direito formativo extintivo .....	340
7. Boa-fé e aplicação de penalidades .....	342
8. Boa-fé e conflito de interesses.....	343

**§ 35. Terceira distinção: a materialidade da situação jurídica subjacente**

1. Proposição .....	344
2. Significados .....	345
3. Função sistematizadora.....	346

**§ 36. *Mea res agitur***

1. Proposição .....	347
2. Negócios de intercâmbio em sentido próprio .....	347

3. Contratos movidos por intenção liberal.....	348
4. A maior consideração ao donatário.....	350

### § 37. *Tua res agitur*

1. Proposição.....	351
2. Contrato de mandato.....	352
3. Relação jurídica de administração .....	353
4. Os administradores de sociedades.....	353
5. Deveres fiduciários do administrador – especificidades .....	355
6. Critérios para a avaliação dos deveres .....	357
7. Contrato de investidura.....	360
8. Qualificação do contrato de investidura.....	361
9. Obrigação principal no contrato de investidura.....	362
10. Independência e imparcialidade do árbitro.....	363
11. Boa-fé e deveres anexos no contrato de investidura.....	364
12. A arbitragem e a superinvocação do princípio da boa-fé .....	369
13. Contrato de seguro.....	370
14. Boa-fé e seguro .....	372
15. Boa-fé e disciplina informativa no seguro.....	375
16. Boa-fé e regulação do sinistro.....	377
17. Boa-fé e abusividade no contrato de seguro.....	380
18. Boa-fé e agravamento do risco .....	381
19. Boa-fé e «dever de minimizar o risco» .....	383

### § 38. *Nostra res agitur*

1. Proposição.....	384
2. A colaboração estrutural: o contrato de sociedade .....	384
3. O fim comum .....	385
4. A «acendrada boa-fé» como fonte de deveres.....	386
5. Deveres decorrentes da boa-fé e titulares do poder de controle .....	389
6. A colaboração conjuntural: acordos de acionistas e contratos-aliança ..	390
7. Acordos de acionistas .....	390
8. Conjugação principiológica.....	391
9. Possível tensão principiológica .....	396
10. Síntese conclusiva.....	397
11. Os contratos-aliança .....	397
12. Outros contratos de construção .....	400
13. Colaboração estratégica pontual: contratos de colaboração empresária, contratos de duração, contratos relacionais.....	402

<b>14. Operações concertadas.....</b>	<b>402</b>
<b>15. Qualificativos e subespécies .....</b>	<b>404</b>
<b>16. Os contratos relacionais.....</b>	<b>404</b>
<b>17. Relacionalidade e lacunosidade intencional.....</b>	<b>406</b>
<b>18. Relacionalidade e boa-fé.....</b>	<b>406</b>
<b>19. Relacionalidade e pessoalidade .....</b>	<b>408</b>

## CAPÍTULO QUINTO

### ATUAÇÃO DA BOA-FÉ CONFORME AS FASES DA RELAÇÃO OBRIGACIONAL

#### § 39. O critério das fases do processo obrigacional

<b>1. Proposição .....</b>	<b>417</b>
<b>2. Os planos da transmissão de domínio.....</b>	<b>418</b>
<b>3. Fase do desenvolvimento, ou execução contratual.....</b>	<b>419</b>
<b>4. Fase das tratativas: primeira enunciação.....</b>	<b>419</b>
<b>5. Deveres de proteção na fase das tratativas.....</b>	<b>421</b>

#### § 40. A fase formativa de um contrato

<b>1. Proposição .....</b>	<b>422</b>
<b>2. A solução do CDC .....</b>	<b>423</b>
<b>3. As soluções do Direito Civil e Empresarial .....</b>	<b>423</b>

#### § 41. Fase inicial de prospecção e de chamamento a contratar, sem a caracterização de oferta em sentido técnico

<b>1. Proposição .....</b>	<b>425</b>
----------------------------	------------

#### § 42. Fase negociatória em sentido estrito

<b>1. Proposição .....</b>	<b>426</b>
<b>2. Utilidade e figuras .....</b>	<b>426</b>
<b>3. Critérios .....</b>	<b>428</b>
<b>4. Formação progressiva do contrato .....</b>	<b>430</b>
<b>5. A possível vinculabilidade dos atos pré-contratuais e a vinculabilidade dos atos contratuais sujeitos às chamadas «condições precedentes» ...</b>	<b>432</b>
<b>6. Eficácias hermenêuticas.....</b>	<b>435</b>
<b>7. As cláusulas de entendimento integral.....</b>	<b>436</b>

#### § 43. Fase da oferta, propriamente dita

<b>1. Proposição .....</b>	<b>437</b>
----------------------------	------------

2. O art. 427 do Código Civil .....	438
<b>§ 44. Fase da conclusão contratual</b>	
1. Proposição .....	440
2. A eficácia contratual .....	441
3. O problema da legitimidade da expectativa .....	442
<b>§ 45. Origem da doutrina da <i>culpa in contrahendo</i> e seu atual estágio</b>	
1. A origem: a formulação de Jhering .....	444
2. <i>Culpa in contrahendo</i> e teoria do contato social .....	448
3. Desenvolvimento e expansão da doutrina da <i>culpa in contrahendo</i> .....	450
<b>§ 46. A responsabilidade pré-contratual no Direito brasileiro</b>	
1. Proposição .....	458
2. A hipótese do injusto rompimento das tratativas .....	459
3. O recesso justificado .....	461
4. <i>Culpa in contrahendo</i> e boa-fé .....	461
5. Síntese conclusiva .....	470
<b>§ 47. Fase da execução contratual: a boa-fé <i>in executivis</i></b>	
1. Proposição .....	471
2. Papel auxiliar e limitador da boa-fé <i>in executivis</i> em relação à vontade contratual .....	472
<b>§ 48. Fase pós-contratual</b>	
1. Proposição .....	473
2. Acolhimento no Direito brasileiro .....	474
3. Síntese conclusiva .....	478

## CAPÍTULO SEXTO

### A FUNÇÃO HERMENÊUTICA DA BOA-FÉ

<b>§ 49. A função e interpretação contratual</b>	
1. Proposição .....	481
2. Fatores introdutórios da atenção à boa-fé no Direito brasileiro .....	482
3. O método adotado .....	484
<b>§ 50. A interpretação segundo a boa-fé</b>	
1. Interpretação – sentido amplo .....	485

2. Interpretação contratual: questões .....	487
3. Atuação complessiva da boa-fé hermenêutica.....	488
<b>§ 51. A boa-fé «contextual»: os cânones dos arts. 112 e 113 do Código Civil</b>	
1. Proposição .....	490
2. Regras jurídicas de interpretação e regras jurídicas interpretativas .....	491
<b>§ 52. A «intenção consubstanciada na declaração» e o cânone da «totalidade e coerência» do contrato</b>	
1. Proposição .....	492
2. O alcance do art. 112 .....	493
3. A insuficiência do critério literal .....	494
4. O cânone da totalidade e da coerência .....	496
5. O art. 113: o elemento contextual .....	501
<b>§ 53. Cânone da totalidade hermenêutica e finalidade do negócio</b>	
1. Proposição .....	503
2. Negócio jurídico como categoria finalista: consequências .....	505
3. Interpretação finalista e contratos por adesão .....	509
4. Finalidade, «título» do contrato e atipicidade contratual.....	509
<b>§ 54. Cânone da totalidade hermenêutica e o critério do comportamento das partes</b>	
1. Proposição .....	510
2. O comportamento posterior.....	511
3. O comportamento anterior.....	513
4. As práticas seguidas pelas partes .....	514
5. As práticas referidas no art. 9.º da CISG .....	516
6. Boa-fé e interpretação segundo os usos .....	518
7. Significados da palavra «usos».....	518
8. O art. 113 inclui os usos e as práticas .....	520
9. Usos e prévio consentimento.....	520
10. O valor dos usos referidos no art. 113 .....	521
11. Usos na prática internacional.....	524
<b>§ 55. Boa-fé e interpretação a favor do aderente</b>	
1. Proposição .....	526
2. A regra <i>contra proferentem</i> .....	526

3. O ônus de falar claro.....	527
4. Interpretação segundo a boa-fé e vulnerabilidade do consumidor.....	530
<b>§ 56. A boa-fé hermenêutica na CISG – Convenção de Viena para a Compra e Venda Internacional de Mercadorias</b>	
1. Proposição.....	534
2. A boa-fé como norma dirigida ao intérprete .....	535
3. O cânone da uniformidade hermenêutica.....	536
4. O postulado normativo do caráter internacional do contrato .....	537
5. Aplicação da boa-fé por via indireta.....	538
<b>§ 57. Boa-fé e tutela da confiança na interpretação das declarações tácitas: o problema da chamada «extensão da cláusula compromissória»</b>	
1. Proposição .....	546
2. Fundamentos .....	546
3. A hipótese da «extensão subjetiva» da cláusula compromissória.....	548
4. Cuidados a adotar e <i>standards</i> a considerar .....	549
<b>§ 58. Boa-fé e interpretação mitigadora do rigor legal ou contratual</b>	
1. Proposição .....	553
2. Campo de aplicação .....	554
3. Equidade e assistemática.....	557
4. Síntese conclusiva .....	557

## CAPÍTULO SÉTIMO

### A COLMATAÇÃO DE LACUNAS E A CRIAÇÃO DE DEVERES

#### § 59. Função integrativa

1. Proposição.....	561
2. Distinções.....	561
3. A palavra «lacuna» .....	564
4. A integração .....	565
5. Lacuna e pluralidade de fontes integrativas .....	566

#### § 60. Lacunas e integração contratual: técnicas e limites

1. Espécies de lacunas .....	567
2. Boa-fé como fonte integrativa.....	567
3. O processo integrativo .....	570

4. Lacunas não intencionais e boa-fé .....	571
5. Lacunas intencionais (incompletude contratual) .....	571
<b>§ 61. Lacunas e criação de deveres às partes</b>	
1. Proposição .....	572
2. Escopo dos deveres que servem à integração .....	573
<b>§ 62. Deveres de cooperação e lealdade contratual</b>	
1. Âmbito dos deveres de cooperação e lealdade.....	574
2. Dever de cooperação e materialidade da situação jurídica.....	575
<b>§ 63. Deveres informativos</b>	
1. Proposição e significados.....	578
2. Interesse à informação: as várias escalas.....	580
3. Instrumentalidade da informação.....	581
4. Transindividualidade da informação: o mercado de valores mobiliários..	584
5. Uma informação marcada pelo interesse público .....	584
6. Informação e prospecto .....	585
7. Critérios e elementos do dever de informar .....	586
8. Formas de infração aos deveres informativos .....	590
9. Deveres informativos na fase pré-contratual .....	590
10. Dever de informar: extensão .....	592
11. Critérios auxiliares à concreção do dever de informar .....	593
12. Informação, lealdade, veracidade .....	594
13. Afastamento do dever de informar .....	596
14. Deveres informativos na área da saúde .....	597
<b>§ 64. Deveres de proteção («deveres laterais»)</b>	
1. Proposição .....	598
2. O significado e a abrangência .....	598
3. Deveres de proteção e dano moral .....	600
4. Interesses de proteção: o problema dos terceiros em sua relação com o contrato .....	601
5. Diferentes significados da relação «contrato e terceiros».....	602
6. O princípio da incolumidade das esferas jurídicas .....	604
<b>§ 65. O «dever» de colaborar para a mitigação do próprio prejuízo</b>	
1. Proposição .....	606
2. Qualificação jurídica: dever ou ônus?.....	607
3. Problemas de Direito Comparado.....	610

4. Origem da doutrina da mitigação .....	611
5. Quantificação e critérios.....	613
6. Jurisprudência.....	616

## CAPÍTULO OITAVO

### FUNÇÃO CORRETORA: A BOA-FÉ E O EXERCÍCIO JURÍDICO

#### § 66. A função corretora

1. Proposição .....	625
2. As duas vertentes da função corretora.....	625

#### § 67. A função corretora do conteúdo contratual

1. Premissas .....	626
--------------------	-----

#### § 68. Boa-fé como norma de validade: o sistema do Código Civil

1. Proposição .....	630
2. Soluções do Direito brasileiro .....	631
3. O art. 166 do Código Civil.....	633
4. Demais hipóteses de controle do conteúdo no âmbito do Código Civil .....	636

#### § 69. Boa-fé como norma de validade e correção da «abusividade contratual»

1. Distinções: abuso e abusividade .....	637
2. Os planos de projeção da distinção .....	638
3. Abusividade, segundo o CDC.....	639
4. Crítica: a miscelânea de fundamentos e a invocação iterativa .....	643

#### § 70. Correção do conteúdo do contrato sem referência à validade: papel da boa-fé frente a situações de desequilíbrio decorrente de circunstâncias supervenientes à formação do contrato

1. Proposição .....	646
2. Dimensão plurívoca do princípio do equilíbrio .....	647
3. Tempo e contrato .....	647
4. A longa duração.....	648
5. Fontes legais do dever de reequilíbrio e especificidades consoante os campos normativos .....	649
6. Fontes negociais: a autonomia privada .....	651
7. Cláusulas de renegociação: desnecessidade de apelo à imprevisibilidade..	653



8. O critério do modo de operar a adaptação do contrato .....	653
9. As cláusulas de <i>hardship</i> .....	654
10. Conjugação entre fontes legais e fontes negociais.....	655
11. Previsões gerais do Código Civil .....	655
12. Reequilíbrio e contratos entre desiguais.....	656
13. A jurisprudência.....	656
14. Síntese conclusiva .....	663

## **§ 71. Boa-fé e revisão nos contratos administrativos**

1. Proposição .....	664
2. Requisitos da revisão .....	664

## **§ 72. Boa-fé e controle do modo de exercício dos direitos e posições jurídicas**

1. O exercício jurídico.....	666
2. A boa-fé e o art. 187 do Código Civil: a ilicitude no modo de exercício .....	667

## **§ 73. A contraditoriedade desleal no exercício jurídico**

1. Proposição .....	671
2. A vedação à contraditoriedade desleal como figura da experiência .....	672

## **§ 74. O *venire contra factum proprium***

1. Proposição .....	674
2. Noção .....	675
3. Âmbito de delimitação .....	676
4. Ligação à boa-fé.....	677
5. Requisitos .....	679
6. A jurisprudência .....	680
7. A desmedida invocação do <i>venire contra factum proprium non valet</i> .....	687

## **§ 75. *Nemo auditur propriam turpitudinem allegans***

1. Proposição .....	689
2. Origem da regra.....	689
3. Jurisprudência.....	691
4. Consequências da incidência .....	694
5. A questão da vedação à <i>repetitio</i> .....	694
6. Utilidade da distinção.....	697
7. Alegação de nulidade formal e substancial .....	700
8. Síntese conclusiva .....	701

**§ 76. *Tu quoque e exceptio non adimpleti contractus***

1. Proposição .....	702
2. <i>Tu quoque</i> .....	703
3. Aplicação tópica: <i>tu quoque</i> como figura da experiência .....	704
4. Os direitos de exceção e a noção de sinalagma .....	706
5. Requisitos .....	707
6. Sinalagma e <i>tu quoque</i> .....	707

**§ 77. *Suppressio e surrectio***

1. Proposição .....	710
2. Noção e origem .....	710
3. Requisitos .....	713
4. <i>Suppressio</i> e boa-fé .....	716
5. <i>A surrectio</i> .....	722

**§ 78. Boa-fé no balanceamento entre Justiça e Utilidade Contratual**

1. Proposição .....	725
2. As causas de cessação dos efeitos de um contrato: distinções .....	726
3. Premissas sobre a terminologia adotada e noções gerais sobre a extinção contratual por causas supervenientes à sua formação .....	728

**§ 79. Boa-fé e exercício de denúncia**

1. Noção e distinções .....	730
2. Boa-fé e exercício do direito formativo de denúncia .....	731
3. O parágrafo único do art. 473 .....	734

**§ 80. A cláusula resolutiva e o art. 128 do Código Civil**

1. Proposição .....	741
2. Boa-fé e condição resolutiva: uma interpretação do art. 128 do Código Civil .....	742

**§ 81. Resolução (em sentido amplo) por inadimplemento**

1. Proposição .....	745
2. As espécies de inadimplemento .....	745
3. A gravidade do inadimplemento e o <i>topos</i> da inutilidade da prestação para o credor .....	747
4. O incumprimento definitivo .....	748
5. Critérios para a averiguação da inutilidade da prestação para o credor .....	748
6. Incumprimento definitivo parcial .....	754
7. Boa-fé e apreciação da utilidade da prestação para o credor .....	756

**§ 82. O adimplemento substancial do contrato**

1. Noção e origem.....	758
2. Adimplemento substancial e boa-fé.....	759
3. Requisitos à aplicação.....	761

**§ 83. O inadimplemento antecipado do contrato**

1. Premissas .....	763
2. Noção .....	763
3. Origem.....	765
4. O inadimplemento antecipado nos documentos do Direito Contratual Internacional.....	766
5. Aceitação no Direito brasileiro .....	767
6. Inadimplemento antecipado e boa-fé .....	768
7. Requisitos .....	769

**§ 84. A violação positiva do crédito**

1. Proposição .....	771
2. Extensão .....	772
3. Eficácia.....	773

**§ 85. Conclusões muito sintéticas.....** 774

## BIBLIOGRAFIA ..... 777

## JURISPRUDÊNCIA CITADA ..... 831

## ÍNDICES REMISSIVOS ..... 847

Índice remissivo *stricto sensu* ..... 847

## Casos nomeados..... 869

## Legislação citada..... 871

## ÍNDICE ONOMÁSTICO..... 881